

domingo, 5 de julho de 2015
14:01:34

Diário Popular | Televisão

ANCINE, Audiovisual, Ministério da Cultura | Agência Nacional de Cinema, Ancine, Audiovisual, Documentários, Juca Ferreira, Manoel Rangel, Ministro da Cultura

Debate da cota entra em cena nos canais de TV fechado

Debate foi motivado por três ações apresentadas pelo partido Democratas e por empresas de sinal pago

Um desenho animado mostra o cotidiano excêntrico de uma família focando em um personagem aparentemente sem nome, conhecido apenas como irmão do primogênito, mais bonito, mais famoso, mais talentoso. Lendo tal sinopse, o leitor certamente não se deu conta da brasileira naturalidade de Irmão do Jorel, assim como todas as crianças que fizeram do seriado o mais visto no ano passado no canal por assinatura infantil Cartoon Network. A animação se tornou um dos principais cases de sucesso da Lei 12.485, conhecida como Lei da TV Paga, que teve nesta semana inicialmente julgada sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. O debate foi motivado por três ações apresentadas pelo partido Democratas (DEM) e por empresas de sinal pago.

O questionamento do DEM tem por base o sistema de cotas de conteúdo implementado pela lei. Segundo a legislação, os canais de conteúdo qualificado (filmes, **Documentários**, séries, novelas) obrigatoriamente têm de passar no mínimo três horas e meia semanais, em horário nobre, de conteúdo nacional. Para o DEM, essa parcela representa restrição da liberdade da atividade econômica, da livre iniciativa, do direito do consumidor e do direito de comunicação. Segundo a legenda, a lei transforma a **Ancine** em "uma espécie de órgão regulador absoluto das atividades de comunicação privadas não sujeitas a autarquias públicas".

Em resposta, o diretor-presidente da **Ancine, Manoel Rangel**, publicou artigo em que evidencia a possibilidade de o Brasil se tornar um dos cinco maiores mercados audiovisuais do mundo caso a Lei da TV Paga seja mantida de forma estável. "Ela reorganizou completamente o ambiente da TV paga no país, estimulou a competição entre as distribuidoras de TV, simplificou a estrutura de negócios delas, viabilizou a presença de mais conteúdo nacional nos diversos canais de televisão e fortaleceu as empresas brasileiras de comunicação", disse, lembrando que mais de 3,2 mil obras foram licenciadas em 2013 para exibição em canais fechados, contra 761 antes da implementação. Em 2014 foram 506 seriados inéditos estreados, ante 73 em 2011.

Na animação um exemplo

Irmão do Jorel, criado por Juliano Enrico e produzido pelo Copa Studio, foi o programa mais assistido em 2014 no Cartoon Network entre crianças de quatro a 11 anos, com liderança aferida pelo Ibope em 15 mercados na faixa etária, com base na média de audiência, de segunda a sexta-feira em todos os shows com dez ou mais exibições. Não

foi uma queda de paraquedas, diga-se: o Cartoon Network lançou em 2009 um pitching cujo prêmio era o valor de 20 mil dólares para o desenvolvimento das animações. Irmão do Jorel o venceu e, com a Lei da TV Paga, passou a ser exibido no canal.

Também não é o primeiro sucesso: antes dele, Turma da Mônica, Sítio do Pica-Pau Amarelo, Historietas assombradas (para crianças malcriadas), entre outras produções brasileiras estavam entre as mais assistidas do Cartoon Network, com média de audiência 15% superior a outros programas. Fora deste canal o Brasil também já ia bem, antes de Irmão do Jorel: Peixonauta, criada por Célia Catunda e Kiko Mistrorigo e produzida pela TV Pinguim, é exibida diariamente pelo Discovery Kids e foi vendida para mais de 70 países.

Para o professor do curso de Cinema e Animação da UFPel, André Macedo, tais dados representam um indício contundente da maturidade do setor no Brasil. "Chegou a vez das séries, que aqui representam um mercado viável a curto prazo por depender de canais de mídia com públicos definidos e pela perspectiva de multiplicação das produções. Não dependem exclusivamente de monopólios de distribuição nem de altos padrões de investimento", diz, acreditando se tratar Irmão do Jorel uma referência tanto para a produção como para atração de investimentos na área. De acordo com ele, não contar com a lei seria um retrocesso. "O esforço deveria ser de criar mais mecanismos de reserva de mercado. Acredito que o caminho da soberania nacional plena e da construção de uma identidade cultural brasileira passa pelo desenvolvimento e a multiplicação dos canais de cultura."

No futuro um polo

Há em Pelotas dois cursos de Cinema, um voltado ao **Audiovisual** e outro destinado à animação. São duas turmas de alunos que todo final de ano se formam e encontram um áspero mercado de trabalho, muitas vezes tendo de abdicar do caráter autoral da profissão para trabalhar na área da publicidade. Com a Lei da TV Paga, porém, algumas portas se abriram. Professor da UFPel, Josias Pereira destaca o avanço no que tange à democratização e ao incentivo à produção e à circulação. "Possibilita que jovens possam apresentar suas ideias de programa e séries dentro de uma realidade financeira viável. Também que o espectador não apenas veja um tipo de programa, geralmente estadunidense", comenta, destacando que na universidade há uma disciplina chamada Séries de TV, com o objetivo de ensinar aos estudantes as novas formas de produção **Audiovisual**. "Acho que é preciso tentar e realizar. Um exemplo é Quero ser solteira, que começou como uma websérie e, depois do sucesso no YouTube, foi para o Multishow. Às vezes a ideia é o mais importante", comenta.

Sobre a ação de inconstitucionalidade apresentada pelo Democratas, Pereira diz se tratar de uma forma das emissoras que sempre tiveram pleno domínio do conteúdo não perderem um espaço principalmente ideológico. "Acho que o debate não é simplesmente exibir ou não exibir, mas o que exibir. Devemos lembrar que as emissoras de TV são formadoras de opinião. Se deixarem jovens exibindo conteúdos diversos, como as emissoras vão controlar?", indaga, dizendo se tratar de um caminho sem volta tendo em vista a modificação na relação entre espectador e TV proposta pela internet. "Vemos mudanças simples mesmo dentro de um festival de vídeo onde alunos começam a repensar a mídia não como um espaço de verdade, mas uma verdade mediada", cita.

Membro da pelotense Moviola Filmes, Rafael Andreazza destaca que a Lei da TV Paga abriu grande demanda de mercado para produtores brasileiros. Segundo ele, também é importante a questão de toda a política de financiamentos de produções audiovisuais brasileira, "uma das mais fortes do mundo", estar galgada na 12.485. "Para uma cidade que tem o único curso de Cinema e Animação público da Região Sul do Brasil, essa reserva estratégica é de extrema importância. Pelotas tem condições de se tornar um Polo de produção **Audiovisual** tanto pelo aproveitamento dessa mão de obra especializada para o **Audiovisual** quanto por suas características históricas."

Andreazza lembra que o assunto foi discutido na palestra ministrada por Steve Solot na cidade acerca de film commissions. Lá, uma comissão foi efetivamente formada com o objetivo de fortalecer em Pelotas o espírito de polo **Audiovisual**. O momento é favorável.

Votação tem início

Relator, o ministro Luiz Fux iniciou a votação, que terá continuidade apenas no segundo semestre deste ano. Para ele, é constitucional o poder de fiscalização da **Agência Nacional de Cinema (Ancine)**, bem como sua regulação das programações e estabelecimento de multas e cotas de exibição de conteúdo local. Fux fez ressalva apenas ao artigo 25 da lei, que faz reserva de mercado em favor de agências de publicidade nacionais para veiculação de propaganda comercial nas TVs pagas.

Com papel central na formulação da Lei da TV Paga, o **Ministro da Cultura, Juca Ferreira**, comemorou o início positivo da votação por entender que a 12.485/201 reorganizou o mercado da TV fechada no Brasil, estimulou a competição e a produção independente brasileira, simplificou os negócios e viabilizou mais conteúdo nacional nos canais de televisão, além de fortalecer diversas empresas brasileiras de comunicação e do **Audiovisual**.
